

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Horn.

FORNECEDOR REGISTRADO: MAJ LAB – COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Rua Maximino Zanon, nº 401 – Loja 10 – Bacacheri, Curitiba/PR, sob CNPJ nº 00.467.916/0001-56, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Michel Aouni Nasser, RG nº 1.916.866-2 e CPF nº 322.609.119-00.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo de licitação nº 286/2023, Pregão Eletrônico nº 033/2023, homologado em 02/02/2024, RP nº 45/2024, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Resolução CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023 e nº 78/2023, nº 107/2023, nº 173/2023, e nº 218/2023, Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016 e demais legislações aplicáveis e ainda pelas condições e exigências constantes do edital de licitação e anexos, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a **FORNECEDOR REGISTRADO**, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado a presente Ata de Registro de Preços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Registro de preço para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inspeção técnica, calibração, qualificação térmica com emissão de laudos e ART de equipamentos médicos/laboratoriais, odontológicos, equipamentos de audiometria, de fisioterapia, oftalmologia, câmaras de vacinas e usinas de oxigênio com fornecimento de peças.

1.2. Relatório com os itens/lotos ganhos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os municípios consorciados atuarão como interessados neste registro de preços, sendo que a distribuição da quantidade de itens registrados para a execução descentralizada, será feita pelo CONIMS conforme a demanda.

2.2. A aquisição dos serviços será feita pelos municípios mediante requerimento de manutenção ao CONIMS que providenciará a execução.

2.3. O setor de manutenção do CONIMS fará o agendamento do serviço diretamente com o prestador.

CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

3.1. Os fornecedores registrados deverão ter ciência de que a contratação dos serviços objeto deste contrato dará na medida exata em que surgirem as demandas das Unidades de Saúde dos municípios conforme relação dos locais dispostas no item 3.3 desta cláusula, uma vez que a quantidade de manutenções para o período de vigência da ata de registro de preços é apenas **estimativa**. Assim, as solicitações de serviços serão realizadas a critério do CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR, de acordo com a sua necessidade, podendo ou não, atingir a quantidade total estipulada no certame.

3.2. O local para a execução do objeto será na Sede do CONIMS na cidade de Pato Branco/PR e nos demais municípios consorciados sendo o horário de funcionamento administrativo, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda à sexta-feira.

3.3. Relação dos municípios interessados:

MUNICÍPIO	ESTADO
Bom Sucesso do Sul	Paraná
Chopinzinho	Paraná
Clevelândia	Paraná
Coronel Domingó Soares	Paraná
Coronel Vivida	Paraná
Honório Serpa	Paraná
Itapejara D'Oeste	Paraná
Mangueirinha	Paraná
Mariópolis	Paraná
Palmas	Paraná
Pato Branco	Paraná
São João	Paraná
Saudade do Iguaçu	Paraná
Sulina	Paraná
Vitorino	Paraná
CONIMS - CRE Pato Branco	Paraná
CONIMS – CRE Chopinzinho	Paraná
Campo Erê	Santa Catarina
Coronel Martins	Santa Catarina
Formosa do Sul	Santa Catarina
Galvão	Santa Catarina
Irati	Santa Catarina
Jupia	Santa Catarina
Novo Horizonte	Santa Catarina
Palma Sola	Santa Catarina
Santiago do Sul	Santa Catarina
São Bernardino	Santa Catarina

MUNICÍPIO	ESTADO
São Lourenço do Oeste	Santa Catarina

3.3.1. Fica o prestador ciente que, além dos municípios acima elencados, em caso de ingresso de novos municípios ao consórcio e estes solicitarem o serviço o mesmo deverá atendê-los em conformidade com este edital.

3.4. Para execução dos serviços de manutenção, o fornecedor registrado deverá ter unidade de prestação de serviços em **distância compatível** com as necessidades da administração, em acordo com o Parágrafo 2º do Art. 47 da Lei Nº 14.133/2021, "§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração".

3.5. Para os chamados de manutenção em **caráter de urgência** o Fornecedor Registrado deverá **atender em 72 horas** e, em **caráter de emergência em até 24 horas**, dessa forma a unidade do prestador precisa estar a uma distância compatível do local do chamado para que o atendimento possa ser realizado dentro dos prazos estipulados e o atendimento aos pacientes não seja prejudicado.

3.6. Os serviços serão prestados no local onde o equipamento encontrar-se instalado;

3.7. O Fornecedor Registrado deverá realizar a manutenção dos equipamentos no município solicitante, conforme demanda solicitada via CONIMS.

3.8. Nos casos em que a manutenção não seja possível in loco, sendo necessária a retirada do equipamento para ambientes externos ao Município:

3.8.1. O Fornecedor Registrado deverá apresentar no orçamento, a quantidade de horas técnicas estimadas para a realização do serviço/conserto.

3.8.2. O técnico do Município deverá emitir documento de registro da saída do bem, anotando o estado em que se encontra, com detalhes do bem, aparência e condições de conservação em que está sendo retirado, de forma a deixar clara a situação que o bem foi entregue. Como medida de segurança para ambas as partes, e na medida do necessário, informar avarias externas e internas, inclusive registrando com fotos para melhor visualização e segurança às partes do contrato.

3.9. DESLOCAMENTO: Considerando o território que será coberto pela contratação (de todos os Municípios Consorciados), será fixado valor de deslocamento, adotando-se o parâmetro de cálculo dos quilômetros rodados da sede do CONIMS (Pato Branco) ao Município solicitante ou da sede do Fornecedor Registrado ao município solicitante, priorizando sempre o endereço mais próximo ao local da realização da manutenção.

3.9.1. O adicional de locomoção não será aplicado se o Fornecedor Registrado estiver sediado no município solicitante.

3.9.2. Foi determinado a cidade de Pato Branco como parâmetro porque é onde se localiza a Sede do CONIMS.

3.9.3. Será elaborado, junto ao prestador um roteiro, ou seja, se, no mesmo dia serão realizadas manutenções em mais de um município, a quilometragem deverá ser computada de um município até o outro conforme o roteiro e não de Pato Branco a cada município.

3.9.4. A quilometragem deverá ser calculada de acordo com o *google maps*, plataforma desenvolvida pelo google a partir das informações oferecidas pelo **GPS**, no qual o usuário encontra **mapas do mundo inteiro**, com a possibilidade de visualizar rotas e estimar a distância entre dois pontos.

3.9.5. O deslocamento foi incluído nesta contratação devido as experiências anteriores deste Consórcio, onde os prestadores aumentam o valor da hora técnica quando não há auxílio deslocamento o que pode elevar o custo para os municípios que não precisam pagar a quilometragem. Assim, é mais justo e viável que somente se pague esse custo de deslocamento quando a manutenção for solicitada pelo município e, conforme roteiro estabelecido pelo setor de manutenção e prestador.

3.10. Da manutenção preventiva:

3.10.1. Acontecerão conforme agendamento prévio, acordado entre o Órgão Gerenciador e Fornecedor Registrado.

3.10.2. O cronograma de demanda das manutenções preventivas será estabelecido pelos técnicos usuários dos equipamentos, dos municípios em comum acordo e levando em consideração a avaliação técnica do Fornecedor Registrado.

3.10.3. A manutenção preventiva consiste em procedimentos visando avaliar as condições de funcionamento das máquinas e equipamentos a fim de prevenir situações que possam ocasionar falhas ou defeitos mantendo a conservação e o seu perfeito funcionamento, obedecendo às recomendações do fabricante, detectando possíveis desgastes em peças, acessórios bem como, recomendar ao CONIMS - Órgão Gerenciador eventuais providências, que possam interferir no desempenho dos equipamentos;

3.10.4. Manutenção preventiva somente será executada mediante requisições do CONIMS - ÓRGÃO GERENCIADOR, formalizadas por **Ordem de Serviço**, cujo cumprimento será acompanhado, sempre que necessário, pelo Fiscal/Gestor do Contrato/Ata de Registro de Preços e/ou pelo requisitante dos serviços. O prazo para a apresentação do representante/técnico do Fornecedor Registrado será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento do chamado.

3.10.5. Após a realização da manutenção, o contratado deverá enviar ao CONIMS o Relatório Técnico do Serviço conforme Modelo do ANEXO X do edital.

3.11. Da manutenção corretiva:

3.11.1. A manutenção corretiva consiste no atendimento às solicitações de serviços eventuais, ausentes de programação prévia, a serem executados em regime **normal, de**

urgência ou emergência, de acordo com as ocorrências, quantas vezes forem necessárias, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de correção de defeitos apresentados que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos mesmos.

3.11.2. Para os casos considerados NORMAIS (aqueles casos em que o atendimento não será afetado), o prazo máximo para a apresentação do representante/técnico do Fornecedor Registrado será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento do chamado;

3.11.3. Nos casos especificados como URGENTES, isto é, aqueles em que a situação pode se agravar causando riscos e/ou comprometendo a continuidade dos serviços, caso o problema não seja solucionado rapidamente, o representante/técnico do Fornecedor Registrado encarregado da prestação dos serviços deverá apresentar-se para o início do trabalho no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, dando solução ao problema gerador do risco;

3.11.4. Para os casos considerados como EMERGENCIAL, isto é, aqueles em que a situação-problema poderá acarretar riscos físicos para outros equipamentos ou para os usuários, ou ainda, em casos excepcionais que venham a comprometer a continuidade de serviços caracterizados como essenciais para o funcionamento das atividades na área da saúde do município, o representante/técnico do Fornecedor Registrado encarregado da prestação dos serviços deverá apresentar-se para o início do trabalho no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento do chamado, dando causa a solução do problema gerador do risco imediatamente.

3.11.5. Após a realização da manutenção, o contratado deverá enviar ao CONIMS o Relatório Técnico do Serviço conforme Modelo do ANEXO X do edital.

3.12. A empresa especializada deverá, ainda:

3.12.1. Emitir a ART dos equipamentos que se exige, pois, a emissão da ART, que é um documento indispensável para identificar a responsabilidade técnica pelos serviços prestados por profissionais ou empresas, assegura à sociedade que esses são realizadas por um profissional habilitado, além de garantir segurança técnica e jurídica para quem contrata e para quem é contratado;

3.12.2. Apresentar documentação dos equipamentos de imediato quando solicitado;

3.12.3. O prestador deverá oferecer suporte operacional para melhor manuseio dos equipamentos visando utilizar todas as suas finalidades e garantindo assim preventivamente maior vida útil do patrimônio;

3.12.4. Manter durante todo o prazo da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas durante a habilitação e qualificação exigida na licitação;

3.12.5. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados dentro dos prazos e garantias acordados;

3.12.6. Prestar imediata assistência quando solicitado, no caso de dúvidas de ordem técnica, esclarecendo e orientando qual a melhor forma de agir, podendo ser via telefone ou e-mail.

3.12.7. Garantir a boa qualidade dos serviços em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes;

3.12.8. Disponibilizar e manter um canal de comunicação entre prestador x municípios x CONIMS, via e-mail, telefone, WhatsApp;

3.12.9. Informar o responsável com quem se manterá contato durante a vigência da ata de registro de preços;

3.12.10. Informar ao CONIMS sobre qualquer alteração em seu Contrato Social;

3.12.11. Oferecer garantia dos serviços prestados;

3.12.12. Emitir laudos técnicos dos equipamentos, conforme prazos exigidos pela vigilância;

3.13. Do Valor Reservado Para Aquisição De Peças

3.13.1. O item PEÇAS de cada lote **TRATA-SE DE UM VALOR ESTIMATIVO**, anual, **RESERVADO EXCLUSIVAMENTE** para a aquisição de peças, acessórios, componentes para manutenção e conserto do equipamento.

3.13.2. O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a repassar o valor integral proposto, ficando o pagamento atrelado à autorização e efetiva substituição de peça pelo fornecedor registrado e o valor da nota fiscal de venda, devidamente atestado e comprovado.

3.13.3. Serão substituídas quantas peças forem necessárias, bem como na quantidade necessária, desde que seja observado o valor limite para troca de peças e a validade da garantia da peça a ser substituída.

3.13.4. O Fornecedor Registrado deverá juntar ao processo pelo menos 03 (três) orçamentos coletados à época da troca da peça de forma a comprovar o valor de mercado. A qualquer tempo, o fiscal da Ata também poderá diligenciar pesquisa de preços, sendo que o valor pago deverá sempre ser o de menor valor dos orçamentos apresentados.

3.13.5. O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR analisará o orçamento apresentado, os respectivos custos e a necessidade da reposição de peças e/ou acessórios, bem como de aquisição de outros materiais, como proposto pelo Fornecedor Registrado. Após esse exame, o CONIMS autorizará ou não a execução dos serviços.

3.14. Do fornecimento de peças e sua aplicação

3.14.1. O Fornecedor Registrado deverá comunicar formalmente ao fiscal da Ata a necessidade de substituição das peças, sempre que verificada sua necessidade, em função do desgaste natural decorrente da utilização ou de defeitos técnicos, por outra de configuração idêntica ou superior, originais e novas, por ocasião da execução de manutenção corretiva. Cabe o uso de peças usadas e em bom estado de conservação

quando não for possível encontrar aquelas recomendáveis pelo fabricante do equipamento a ser consertado.

3.14.2. O Fornecedor Registrado assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto desta licitação;

3.14.3. Entende-se por materiais de reposição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, correias, mangueiras e demais peças necessárias para o correto funcionamento dos equipamentos;

3.14.4. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxa, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção preventiva dos equipamentos recomendados pelo fabricante e correlatas.

3.14.5. Constatada a necessidade de substituição de peças nos equipamentos, seu fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:

1. Emissão de relatório circunstanciado, pelo O Fornecedor Registrado, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas;
2. Envio de três orçamentos ao Gestor da Ata de Registro de Preços para análise e autorização da aquisição das peças;
3. Fornecimento das peças pelo Fornecedor Registrado;
4. Instalação das peças pelo Fornecedor Registrado.

3.14.6. Todas as peças fornecidas e instaladas pelo Fornecedor Registrado deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior;

3.14.7. Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser descartados mediante aprovação do técnico responsável do município e envio da Declaração de Peças Danificadas, constante no Modelo do ANEXO XI do edital de licitação, pelo Fornecedor Registrado ao CONIMS que, após recebimento, aprovação dessa declaração e, após a validação da substituição pelo técnico, tais componentes poderão ser descartados.

3.14.8. Caso haja impossibilidade de apresentação das peças no prazo indicado, o Fornecedor Registrado deverá apresentar documento justificando a impossibilidade do fornecimento e instalação;

3.14.9. A instalação de qualquer peça nos equipamentos será de responsabilidade exclusiva do Fornecedor Registrado, que não poderá impor ao O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR, por tais aplicações, qualquer ônus adicional aos preços contratados para os serviços de manutenção.

3.14.10. Todos os serviços de manutenção de equipamentos (hora técnica) e peças devem ter garantia mínima de 03 (três) meses a contar da data da manutenção do equipamento.

4. CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE ACEITE DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão aceitos provisoriamente e o aceite definitivo se dará após a verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos.

4.2. A verificação dos serviços prestados será realizada por profissional designado por cada município correspondente e atestada pelo secretário de saúde do respectivo município.

4.3. Caso os serviços sejam desaprovados, o fornecedor registrado fica obrigado a refazê-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas a partir do dia seguinte ao do envio da solicitação/notificação, sem gerar nenhum ônus ao Órgão Gerenciador.

4.4. O fornecedor registrado responsabilizar-se-á e arcará por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente Ata de Registro de Preços, bem como demais custos ou encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. A subcontratação nas contratações públicas está prevista na Lei n.º 14.133/2021, a qual estabelece o seguinte:

5.2. Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

5.3. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.4. § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

5.5. § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, devido à sua complexidade, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

5.6.1. Em relação a eventual subcontratação de terceiro, o Fornecedor Registrado deverá informar, previamente a razão social da empresa subcontratada e assumir a responsabilidade pelas ações por estas realizadas, com níveis de qualidade compatíveis com os serviços contratados/prestados;

5.6.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Fornecedor Registrado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante ao O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

5.6.3. O Fornecedor Registrado não poderá utilizar mão de obra de terceiros, sem expressa e prévia autorização do CONIMS - ÓRGÃO GERENCIADOR e desde que atendidas as demais exigências do Edital, permanecendo integralmente responsável pela segurança e integridade física do bem contra danos materiais, furto, roubo, incêndio, intempéries da natureza de qualquer espécie, independentemente da existência de culpa ou dolo, que venha a atingir o patrimônio da União de forma parcial ou total, não transferindo a responsabilidade à subcontratada.

5.6.4. Somente será aceita a subcontratação quando o Fornecedor Registrado não puder atender a determinado tipo de equipamento, seja por conta do modelo/marca ou a sua alta complexidade.

5.6.5. Qualquer outra situação não contemplada anteriormente, deve ser analisada com o fiscal/gestor do contrato para a decisão de sua aplicabilidade ou não.

5.6.6. Por ocasião da Execução do contrato, o prestador subcontratado e autorizado pelo setor de contratos a executar a fração considerada de alta complexidade também deverá declarar que não se enquadra dentre as hipóteses do artigo 122, §3º da Lei de Licitações.

5.7. Quanto ao pagamento pelos serviços do (s) subcontratado (os) será de expressa responsabilidade do Fornecedor Registrado, o qual ficará incumbido de fazer os devidos repasses sem que o CONIMS seja responsabilizado para tanto.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de **09 de fevereiro de 2024**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que observado o saldo remanescente dos itens e comprovado o preço vantajoso e anuência do fornecedor, conforme Art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.2. Após o término da primeira vigência e da prorrogação, poderá ainda, no prazo de validade da ata e com anuência do fornecedor registrado, ser formalizado Contrato, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência inicial de 12 (doze) meses ou até que o saldo remanescente seja utilizado, o que ocorrer primeiro.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) e gestor da ata de registro de preços, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.3. O fiscal desta ata de registro de preços, bem como o gestor, são os designados conforme Resolução nº 107/2023 CONIMS.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta das dotações orçamentárias:

DETALHAMENTO	DOTAÇÃO	FONTE
SERVIÇOS	02.01.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00	076
AQUISIÇÃO DE PEÇAS	02.01.10.302.0002.2.002.3.3.90.30.00.00.00.00	076

CLÁUSULA NONA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL

9.1. O Fornecedor Registrado deverá emitir Nota Fiscal ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

9.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida informando número do processo, licitação, OU contrato, detalhando a competência dos serviços prestados e no caso de peças especificando os itens.

9.3. O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente.

9.4. A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail: manutencao@conims.com.br no ato de sua emissão e no caso de peças acompanhar a entrega dos itens

9.5. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros na entrega dos itens solicitados ou nos serviços prestados, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o fornecedor registrado providencie as medidas saneadoras.

CLÁUSULA DÉCIMA - VENCIMENTO E PAGAMENTO

10.1. A competência é mensal, de 01 a 30 de cada mês, o vencimento é até o dia 30 do mês posterior a competência dos serviços prestados e das peças adquiridas.

10.2. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado. No decorrer do

processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria do CONIMS - ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.3. O pagamento se dará até o vencimento.

10.4. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

10.5. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos itens devidamente solicitados e recebidos e dos serviços prestados e atestados.

10.6. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONIMS, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.7. Em caso de Processo Administrativo de apuração de responsabilidade, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

10.8. O Fornecedor Registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados e dos itens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE

11.1. Em caso de prorrogação do prazo da ata ou conversão em contrato, o valor poderá ser objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REEQUILIBRIO DE PREÇOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

12.1.3. Quando da solicitação de reequilíbrio econômico o mesmo deverá ser devidamente comprovado, sendo que, as Solicitações de Fornecimento emitidas anteriormente a data do pedido não sofrerão alterações.

12.2. O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail licitacao@conims.com.br e instruído com os seguintes documentos:

12.2.1. Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

12.2.2. Cópia de documentos que comprovem o alegado (notas fiscais anteriores e posteriores ao certame, ofício/carta de laboratório e outros documentos que se entender necessário.

12.2.3. Demonstrativo abaixo preenchido (um para cada item):

Processo nº 286/2023 Pregão Eletrônico nº 033/2023	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na licitação	Novo preço proposto
Preço antes da licitação	Preço atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal
% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*

**Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado que seja detalhada, por exemplo: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.*

12.3. Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS, pesquisar os preços praticados pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os serviços.

12.4. O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação do Fornecedor, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR

13.1. O Prestador deverá cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.2. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo CONIMS quanto à execução da ata.

13.3. Comunicar imediatamente ao CONIMS toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução da ata.

13.4. O prestador contratado é responsável por danos causados ao CONIMS, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou responsável do CONIMS.

13.5. Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal da ata de registro de preços, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto, para adoção das medidas cabíveis.

13.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

13.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas direta ou indireta resultantes da adjudicação desta Licitação.

13.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONIMS.

13.9. Comunicar ao CONIMS as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

14.1. Efetuar o pagamento ao prestador do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

14.2. Comunicar ao prestador qualquer irregularidade constatada na execução da ata, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor registrado;

14.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, de acordo com a ata de registro de seus anexos.

14.5. Prestar ao prestador contratado todas as informações e os esclarecimentos o necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

14.6. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador contratado possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

14.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo

prestador contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do prestador contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da ata de registro de preços que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor registrado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;
- b) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da ata de registro de preços;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao fornecedor registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o fornecedor contratado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

(2) Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto;

16.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

16.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONIMS ao fornecedor registrado, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o fornecedor no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONIMS.

16.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor registrado, observando-se o procedimento previsto em Resolução própria desse CONIMS.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9. A personalidade jurídica do fornecedor registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor

contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CANCELAMENTO/EXTINÇÃO DA ATA

17.1. A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. Cancelamento do registro do prestador:

17.2.1. O registro do prestador será cancelado pelo CONIMS, observado o devido processo legal, quando o fornecedor:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;
- III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado;
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.2. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONIMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do prestador, o CONIMS poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as particularidades do caso, em especial, o valor de mercado do item.

17.3. Cancelamento do preço registrado

17.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CONIMS em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - Por razão de interesse público;
- II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado, conforme art. 16 e 17 da resolução CONIMS nº 173/2023.

17.4. Caso a proponente vencedora do certame se recusar a assinar a Ata ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONIMS convocará os demais licitantes conforme a ordem de classificação, observando:

17.4.1. Os licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário (vencedor);

17.4.2. Os licitantes que mantiverem sua proposta original;

17.5. Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – AÇÕES JUDICIAIS

18.1. Qualquer ação judicial contra o CONIMS, oriunda da execução da ata de registro de preços pelo prestador contratado, ou mesmo que venha o CONIMS compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do prestador contratado, o qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo o CONIMS todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 05 de fevereiro de 2023.

MICHEL AOUNI NASSER
FORNECEDOR REGISTRADO

PAULO HORN
ÓRGÃO GERENCIADOR

TESTEMUNHAS:

LHUANNA G. V. PÉRICO
CPF Nº 079.734.929-41

ISABEL CRISTINA VAZATA
CPF Nº 035.954.349-94

MAJ LAB -COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA

Nº LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1 - EQUIPAMENTOS MÉDICO/LABORATORIAIS						
1	1	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médico/laboratoriais com calibração e emissão de laudo técnico/ART.	HORA	2,154	R\$ 80.00	R\$ 172,320.00
	2	Valor do quilômetro rodado para a a execução dos serviços.Lote 1.	KM	14,360	R\$ 1.90	R\$ 27,284.00
	3	Peças, acessórios e materiais para manutenção dos equipamentos médico/laboratoriais, TRATA-SE DE UM VALOR ESTIMATIVO E IRREDUTÍVEL , anual, RESERVADO EXCLUSIVAMENTE para a aquisição de peças, acessórios, componentes para manutenção e conserto do equipamento.	UND	1	R\$ 225,000.00	R\$ 225,000.00
VALOR TOTAL PARA O LOTE:						R\$ 424,604.00
LOTE 5 - EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA						
5	12	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de fisioterapia com calibração e emissão de laudo técnico/ART.	HORA	693	R\$ 62.00	R\$ 42,966.00
	13	Valor do quilômetro rodado para a a execução dos serviços. Lote 5.	KM	4,620	R\$ 1.90	R\$ 8,778.00
	14	Peças, acessórios e materiais para manutenção dos equipamentos de fisioterapia, , TRATA-SE DE UM VALOR ESTIMATIVO E IRREDUTÍVEL , anual, RESERVADO EXCLUSIVAMENTE para a aquisição de peças, acessórios, componentes para manutenção e conserto do equipamento.	UND	1	R\$ 75,000.00	R\$ 75,000.00
VALOR TOTAL PARA O LOTE:						R\$ 126,744.00
LOTE 7 - CÂMARAS DE VACINAS						
7	18	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva das câmaras de vacinas com emissão de ART	HORA	2,040	R\$ 113.00	R\$ 230,520.00
	19	Valor do quilômetro rodado para a a execução dos serviços. Lote 7.	KM	13,600	R\$ 1.90	R\$ 25,840.00
	20	Peças, acessórios e materiais para manutenção câmaras de vacinas, TRATA-SE DE UM VALOR ESTIMATIVO E IRREDUTÍVEL , anual, RESERVADO EXCLUSIVAMENTE para a aquisição de peças, acessórios, componentes para manutenção e conserto do equipamento.	UND	1	R\$ 125,000.00	R\$ 125,000.00
VALOR TOTAL PARA O LOTE						R\$ 381,360.00
LOTE8 - QUALIFICAÇÃO TÉRMICA CÂMARAS DE VACINAS						
8	21	Qualificação térmica e calibração das câmaras de vacinas com emissão de laudo técnico/ART	UND	240	R\$ 380.00	R\$ 91,200.00
	22	Valor do quilômetro rodado para a a execução dos serviços. Lote 8.	KM	2,000	R\$ 2.69	R\$ 5,380.00
VALOR TOTAL PARA O LOTE						R\$ 96,580.00
LOTE 11 - INSPEÇÃO TÉCNICA, QUALIFICAÇÃO TÉRMICA E CALIBRAÇÃO COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO DAS AUTOCLAVES, BANHO MARIA, LAVADORA ULTRASSÔNICA E SELADORAS						
11	29	Inspeção técnica, qualificação térmica e calibração emissão de laudo técnico das autoclaves, banho maria, lavadora ultrassônica e seladoras/ART.	UND	324	R\$ 290.00	R\$ 93,960.00
	30	Valor do quilômetro rodado para a a execução dos serviços. Lote 11.	KM	2,000	R\$ 2.69	R\$ 5,380.00
VALOR TOTAL PARA O LOTE						R\$ 99,340.00
VALOR TOTAL PARA O PROCESSO:				R\$ 1,128,628.00		

Assinantes

- ✓ **Lhuanna Gabriela Vardânega Périco**
Assinou em 05/02/2024 às 14:09:14 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Lhuanna Gabriela Vardânega Périco, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **ISABEL CRISTINA VAZATA**
Assinou em 05/02/2024 às 16:30:10 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, ISABEL CRISTINA VAZATA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **PAULO HORN**
Assinou em 05/02/2024 às 16:42:43 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de PAULO HORN com o CPF ***.075.529-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
Eu, PAULO HORN, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

D1V**6NN****5XK****V2Z**

Ata-Contrato Conims.pdf

Documento número #67715a31-b8fe-4e0c-b4fb-65510735a637

Hash do documento original (SHA256): 7f162ea7c3d96f74598799accf2e4d5a4b760e704c34f15148fad97b1d37b917

Assinaturas

 **Michel Aouni Nasser**

CPF: 322.609.119-00

Assinou em 06 fev 2024 às 09:18:22

Log

- 06 fev 2024, 09:05:24 Operador com email adm.03@majlab.com.br na Conta ffcc8cfc-7857-410b-a2ea-638e9b808f22 criou este documento número 67715a31-b8fe-4e0c-b4fb-65510735a637. Data limite para assinatura do documento: 07 de março de 2024 (09:02). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 06 fev 2024, 09:05:25 Operador com email adm.03@majlab.com.br na Conta ffcc8cfc-7857-410b-a2ea-638e9b808f22 adicionou à Lista de Assinatura: michel@majlab.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Michel Aouni Nasser e CPF 322.609.119-00.
- 06 fev 2024, 09:18:22 Michel Aouni Nasser assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail michel@majlab.com.br. CPF informado: 322.609.119-00. IP: 189.31.241.47. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -25.3886773 e longitude -49.2341115. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.736.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 06 fev 2024, 09:18:23 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 67715a31-b8fe-4e0c-b4fb-65510735a637.

**Documento assinado com validade jurídica.**Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 67715a31-b8fe-4e0c-b4fb-65510735a637, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.